



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Diretoria de Gestão da Qualidade Ambiental  
Gerência de Monitoramento de Efluentes

MEMO.GEDEF.FEAM.SISEMA nº 22/2019



Belo Horizonte, 12 de junho de 2019.

Para: Gláucia Dell'Areti – NAI

Assunto: Auto de Infração

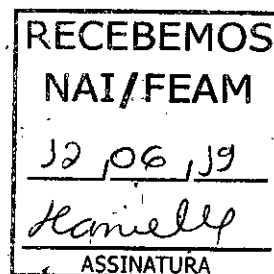
Prezada Coordenadora,

Encaminho anexo o auto de fiscalização nº 80930/2019, o auto de infração 196172/2019 (2º e 3º via), bem como a cópia de entrega do correio ao destinatário. Ressalto, que de acordo com o auto de fiscalização 80930/2019, o empreendimento não tem outorga para captação de recursos hídricos, portanto como os servidores da GEDEF, não tem competência legal para lavrar a infração, solicitamos que seja verificado junto ao IGAM a lavratura.

Atenciosamente,

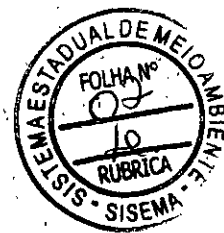
Rodrigo Carvalho Cevidanes  
Analista Ambiental

Gerência de Monitoramento de Efluentes





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Diretoria de Gestão da Qualidade Ambiental  
Gerência de Monitoramento de Efluentes



OF.GEDEF.FEAM.SISEMA n. 19/2019

Belo Horizonte, 23 de maio de 2019.

Prezado(a),

Comunicamos que esta empresa encontra-se em desacordo com a legislação ambiental vigente, tendo em vista as inconformidades relatadas no Auto de Fiscalização nº 80930/2019, tais como: presença de óleos e graxas no solo, disposição inadequada de resíduos, ausência de caixa separadora de água e óleo e caixa de areia. Desta forma, foi lavrado Auto de Infração nº 196172/2019, encaminhado em anexo.

Na oportunidade, lembramos que, nos termos da legislação ambiental vigente, essa empresa dispõe do prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento do Auto de Infração para apresentar defesa endereçada à Fundação Estadual do Meio Ambiente, Cidade Administrativa Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, 4.143, bairro Serra Verde – Edifício Minas, 1º andar, CEP: 31.630-900, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Atenciosamente,

  
Alessandra Jardim de Souza  
Gerente de Monitoramento de Efluentes

A

Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro  
Rua Delfim Moreira, nº 62 – Bairro: Centro  
CEP 37.150.000 – Carmo do Rio Claro - MG

RCA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 80930 /20 19 Folha 2/3

2. AGENDAS: 01 ☒ FEAM 02 ☐ IEF 03 ☐ IGAM Hora: 16:00 Dia: 20 Mês: maio Ano: 2019

3. Motivação: ☒ Denúncia ☐ Ministério Público ☐ Poder Judiciário ☐ Operações Especiais do CGFAI ☐ SUPRAM ☐ COPAM/CRH ☐ Rotina

4. Finalidade  
FEAM: ☐ Condicionantes ☐ Licenciamento ☐ AAF ☐ Emergência Ambiental ☐ Acompanhamento de projeto ☒ Outros  
IEF: ☐ Fauna ☐ Pesca ☐ DAIA ☐ Reserva Legal ☐ DCC ☐ APP ☐ Danos em áreas protegidas ☐ Outros  
IGAM: ☐ Outorga ☐ Outros

5. Identificação  
01. Atividade lava jato 02. Código          03. Classe          04. Porte           
05. Processo nº          06. Órgão:          07. ☒ Não possui processo  
08. ☐ Nome do Fiscalizado Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro 09. ☐ CPF 10. ☒ CNPJ 18.243.287/0001-46  
11. RG          12. CNH-UF          13. ☐ RGP ☐ Tit. Eleitoral           
14. Placa do veículo - UF          15. RENAVAM          16. Nº e tipo do documento ambiental           
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica) Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro 18. Inscrição Estadual - UF           
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia R. Veltim Moura 20. Nº. / KM 62 21. Complemento           
22. Bairro/Logradouro Centro 22. Município Carmo do Rio Claro 24. UF MG  
25. CEP 317.115-000 26. Cx Postal          27. Fone: (35) 3561-2000 28. E-mail Rubia.Souza.eng@gmail.com

6. Local da Fiscalização  
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc.           
02. Nº. / KM          03. Complemento          04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade           
05. Município Carmo do Rio Claro 06. CEP          07. Fone (35) 3561-2881  
08. Referência do local limpeza da Rua Brás Lio Pimbo Vilela  
Geográficas DATUM WGS 84  
[ ] SAD 69 Latitude Grau 20 Minuto 58 Segundo 21,733 S  
[ ] Córrego Alegre Longitude Grau 46 Minuto 7 Segundo 38,77 W  
Planas UTM FUSO 22 23 24 X=          (6 dígitos) Y=          (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

07 01. Assinatura do Agente Fiscalizador 02. Assinatura do Fiscalizado

## 8. Relatório Sucinto

foi realizada visita, em 20/05/19 ao local da Prefeitura localizada próximo ao galpão da Prefeitura na rua São Raimundo. O objetivo da fiscalização foi atender a demanda do SEI nº 11372.01.005130/2019 - 38, referente ao ofício nº 137/2018 da Câmara Municipal de Bom Rio Preto, Piauí, em que os procedimentos referentes a coleta de lixo das ambulâncias devem ser avaliados pela Secretaria Estadual de Saúde, tendo em vista as competências legais da pasta. A lei nº 137/2018 da Câmara Municipal de Bom Rio Preto, Piauí, também para SES.

Na fiscalização estavam presentes os Analistas Ambientais Wilton Rodrigo - Coordenador da Fundação Estadual de Meio Ambiente e os funcionários Pedro Augusto - Chefe do Departamento de Apoio Civil e Alexandre Alves - Secretário de Obras e Serviços, funcionários da Prefeitura Municipal de Bom Rio Preto, Piauí. Com relação ao licenciamento ambiental, relatamos que a autoridade não possui o licenciamento a nível municipal de acordo com o DO nº 217/2017.

Segundo a informação dada pelo Sr. Pedro Augusto - Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Serviços, a autoridade não possui o licenciamento a nível municipal. Não foi apresentado Alvará de licenciamento, segundo declarado não há uma declaração (procuração).

O local no momento da visita encontrava-se com lixo, segundo informação dos funcionários, os resíduos das ambulâncias desde 02 de maio de 2019. Desta forma, segundo declarado, as ambulâncias estão sendo levadas ao Posto Lixo de forma voluntária, foi realizada reunião de trabalho entre o local e a Prefeitura, não foi informado que não há consenso. Os demais resíduos da Prefeitura estão com licença para a suspensão dos aterros do local. O local quando do funcionamento possui uma área de 06 (seis) contos, sendo 02 contos de coleta, ambulâncias e máquinas, e 04 contos de armazenamento químico.

O consumo médio de água conforme declarado era de 2000 litros por dia, sendo proveniente de poço tubular no local (não foi apresentado), o suficiente para o funcionamento do local, para o local da visita que possui...

## 9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	MAASP	Assinatura
Órgão [ ] SEMAD [x] FEAM [ ] IEF [ ] IGAM	13676085	
02. Servidor (Nome legível)	MAASP	Assinatura
Órgão [ ] SEMAD [x] FEAM [ ] IEF [ ] IGAM	12274958	
03. Servidor (Nome legível)	MAASP	Assinatura
Órgão [ ] SEMAD [x] FEAM [ ] IEF [ ] IGAM	10772970	
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura	Secretário de Obras e Serviços	



## 8. Relatório Sucinto

foi no lago de Furnas, seguindo declividade. O conejo no momento da captura apresentava turbidez. Bordo de 1m comprimento, condicionados Geográficos. Lat 20° 58' 21,669" S / long 46° 7' 39,121" W. Não foi simplificado a presença de caixa repassadora de água e óleo e caixa de água. Os resíduos estavam sendo depositados de forma irregular no galpão improvisado, por um impermeabilização com presença de grande quantidade de óleo e casacos expostos no solo. Foi simplificado também também com óleo, varillhames depositados de forma aleatória no local.

Em relação aos produtos químicos que são utilizados no lavagem foram apresentadas as NF-e nº 0000000813, emitida em 16/05/2018 e NF-e nº 0000000815 emitida em 16/05/2018.

com os seguintes produtos: Base Orange xante 40 200 Lts, Base LM 40 200 Lts, Estopa Branca 50 kg e Remanescente de Gesso PT. Em relação aos resíduos dos produtos, foi apresentada somente da Base Orange xante, compoço Químico: Hidróxido de sódio, Lauril Clo, Sulfato de sódio, Espuma, Corante e óleo, os demais resíduos não foram apresentados para o relatório.

Resposta-se que foi apresentada memorial com lista de instalação de caixa repassadora de água e óleo no local de resíduos, o memorial não foi analisado pelo técnico.

Como a área está paralisada foi simplificado com presença de material, desta forma a prefeitura deve adotar as seguintes medidas:

- Projeto técnico para recuperação ambiental da área, principalmente da deposição de resíduos como óleo e casacos.
- Instalação de Box de monitoramento de água para monitorar presença de óleo e casacos no solo segundo NBR 15.495
- Apresentação anterior de projeto do Box tubular

As medidas solicitadas deverão ser apresentadas a Fundação Estadual de Meio Ambiente no prazo de 60 dias após a publicação deste Auto de Fiscalização.

## 9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)

Rodrigo Renato Luisson

MASP

13676085

Assinatura

Órgão ☐ SEMAD☒ FEAM☐ IEF☐ IGAM

02. Servidor (Nome legível)

Walter Pereira Barroso Filho

MASP

12374158

Assinatura

Órgão ☐ SEMAD☐ FEAM☐ IEF☐ IGAM

03. Servidor (Nome legível)

Rodrigo Renato Luisson

MASP

10992990

Assinatura

Órgão ☐ SEMAD☐ FEAM☐ IEF☐ IGAM

Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização

04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)

Rodrigo Renato Luisson

Função / Vínculo com o Empreendimento

Secretaria de Meio Ambiente

Assinatura





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: 196172 / 2019

Lavrado em Substituição ao AI nº: /

Vinculado ao: ☒ Auto de Fiscalização nº 80930 de 20/05/2019  
☐ Boletim de Ocorrência nº: de / /

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☐ SIM ☒ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:

☒ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SGRAI ☐ SUCFIS ☐ PMMG

Local: Belo Horizonte

Dia: 23 / maio / 2019 Hora: 14 : 00

4. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento: Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro

Data Nascimento: / /

Nome da Mãe: / /

☐ CPF: ☒ CNPJ: 18.243.287/0001-46

☐ Outros: /

Endereço do Autuado/ Empreendimento: (Correspondência)

Nº. / km: 62

Complemento: /

Rua Delfino Moura

Bairro/Logradouro: Centro

Município: Carmo do Rio Claro

UF: MG

CEP: 37150 - 000

Cx Postal: /

Fone: (35) 3561 - 2000

E-mail: contab@bomadedorioclaro.mg.gov.br

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido: /

☐ CPF: ☐ CNPJ: /

Vínculo com o AI nº: /

Nome do 2º envolvido: /

☐ CPF: ☐ CNPJ: /

Vínculo com o AI nº: /

6. Descrição Infração

Conforme Auto de Fiscalização nº 80930/2019 foi verificado a presença de Óleos e Graxas no solo, disposição inadequada de resíduos e ausência de caixa separadora de Água e Óleo e caixa de areia.

7. Coordenadas da Infração

Geográficas:

DATUM:

☒ WGS ☐ SIRGAS 2000

Latitude:

Grau 20 Min 58 Seg 27,3

Longitude:

Grau 46 Min 7 Seg 38,4

Planas: UTM

FUSO 22 23 X 24

X= / (6 dígitos)

Y= / (7 dígitos)

8. Embasamento legal

Artigo

Anexo

Código

Inciso

Alínea

Decreto/ano

Lei / ano

Resolução

DN

Port. Nº

Órgão

112

I

116

-

-

47383/18 772/2

-

-

-

9. Atenuantes /Agravantes

Atenuantes

Agravantes

Nº

Artigo/Parág.

Inciso

Alínea

Redução

Nº

Artigo/Parág.

Inciso

Alínea

Aumento

10. Reincidência

☐ Genérica ☐ Específica ☒ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração

Porte

Penalidade

Valor

☐ Acréscimo ☐ Redução

Valor Total

Gravíssima

inferior

☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária

UFEMG

1.250,00

ERP: /

Kg de pescado: /

Valor ERP por Kg: R\$ /

Total: R\$ /

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$: /

Valor total das multas: R\$ 4.491,50 (Quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais, cinquenta centavos)

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ /

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações



13. Depositário

Nome Completo: /

☐ CPF: ☐ CNPJ: ☐ RG: /

Endereço: Rua, Avenida, etc. /

Nº / km: /

Bairro / Logradouro: /

Município: /

UF: /

CEP: /

Fone: /

Assinatura: /

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NAS /FEAM, NO SEGUINTE ENDEREÇO: Rod. João Paulo II, 4143, Bairro Serra Verde - BH/MG (31) 3915 - 1421 CEP 31.630 - 700

14. Assinaturas

01. Servidor: (Nome Legível)

MASP: /

Assinatura do servidor: /

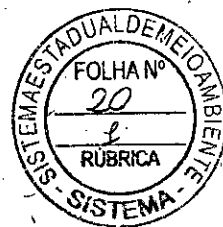
02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)

Função/Vínculo com Autuado: /

Assinatura do Autuado/Representante Legal /



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE  
Núcleo de Auto de Infração



Belo Horizonte, 05 de setembro de 2023.

**PROCESSO Nº: 670236/2019**

**ASSUNTO: AI Nº 196172/2019**

**INTERESSADO: PREFERITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO**

**ANÁLISE Nº 182/2023**

A prefeitura foi autuada pela prática da infração tipificada no art. 112, anexo I, código 116, do Decreto nº 47.383/2018, respectivamente, nestes termos:

*“Conforme Auto de Fiscalização nº 80930/2019 foi verificado a presença de óleos e graxas no solo, disposição inadequada de resíduos e ausência de caixa separadora de água e óleo e caixa de areia”.*

Foi aplicada penalidade de multa simples no valor de 1.250 UFEMG's, correspondente a R\$ 4.491,50 (quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).

defesa foi apresentada tempestivamente, razão pela qual passa-se a análise do mérito; ressaltando-se o disposto no art. 63 do Decreto nº 47.383/2018, que autoriza a autoridade competente, a seu critério, adentrar ao mérito mesmo que não atendidos requisitos formais da defesa.

O ente municipal alegou, em síntese:

- Nulidade da autuação pela falta dos requisitos do ato;
- princípio da proporcionalidade;
- aplicabilidade da atenuante do art. 68, I, “c”, do Decreto nº 44.844/2008.

Assim, passamos à análise da peça defensiva, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa.

Inicialmente, cumpre ressaltar, que o município autuado não apresentou motivos ou provas capazes de afastar a autuação.

Ora, é consabido que as afirmações do agente público fiscalizador possuem presunção "*juris tantum*" de legitimidade e veracidade em razão da fé pública que lhe é atribuída pelo ordenamento jurídico vigente. Isso significa que os atos administrativos são presumidamente legítimos, legais e verdadeiros, admitindo-se, entretanto, prova em sentido contrário, ônus que, na hipótese em questão, seria do autuado e não do órgão ambiental. A presunção de veracidade é o atributo do ato administrativo que diz respeito aos fatos, e, em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública. Neste sentido são as palavras do ilustre doutrinador José dos Santos Carvalho Filho:

*"Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as devidas normas legais, com bem anota DIEZ. Essa característica não depende de lei expressa, mas deflui da própria natureza do ato administrativo, como ato emanado de agente integrante da estrutura do Estado."*

Vários são os fundamentos dados a essa característica. O fundamento precípuo, no entanto, reside na circunstância de que se cuida de atos emanados de agentes detentores de parcela do Poder Público, imbuídos, como é natural, do objetivo de alcançar o interesse público que lhes compete proteger. Desse modo, inconcebível seria admitir que não tivessem a aura de legitimidade, permitindo-se que a todo o momento sofressem algum entrave oposto por pessoas de interesses contrários. Por esse motivo é que se há de supor presumivelmente estão em conformidades com a lei." (grifo nosso). (Manual de Direito Administrativo. FILHO, José dos Santos Carvalho, Livraria Editora Lumen Juris Ltda, 17ª ed. 2007, pag. 111).

Dessa forma, a Administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu, cabendo ao destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima; o que, frisa-se, não ocorreu nos autos.

Cumpra ressaltar que o art. 3º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), explica que para configuração da poluição basta a degradação da qualidade ambiental mediante, por exemplo, o lançamento de matérias em desacordo com o padrão estabelecido ambientalmente e até mesmo a mera alteração física/estética do meio ambiente, vejamos alguns trechos conceituais da Lei nº 6.938/1981:

*"Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:*

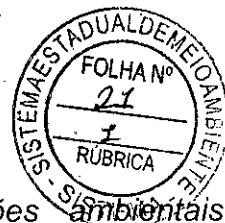
*(...)*

**II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;**

**III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:**

**a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;**

- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;  
c) afetem desfavoravelmente a biota;  
d) **afetem as condições estéticas** ou sanitárias do meio ambiente;  
e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;" (grifo nosso)



A Lei Estadual nº 7.772/1980 também preceitua:

*Art. 2º – Entende-se por poluição ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possam:*

- I – prejudicar a saúde ou bem-estar da população;*
- II – criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;*
- III – ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a qualquer recurso natural;*
- IV – ocasionar danos relevantes aos acervos histórico, cultural e paisagístico.*

*§ 1º – Considera-se fonte de poluição qualquer atividade, sistema, processo, operação, maquinaria, equipamento ou dispositivo, móvel ou não, que induza, produza ou possa produzir poluição.*

*§ 2º – Agente poluidor é qualquer pessoa física ou jurídica responsável por fonte de poluição.*

Nesse sentido, como o ente municipal não conseguiu se desincumbir da autuação, opinamos pela manutenção do auto de infração em todos os seus termos.

Quanto ao valor da multa, obedeceu a proporcionalidade, razoabilidade e demais parâmetros legais, uma vez que o agente fiscalizador ao fixá-la, observou a tabela do Anexo I, do Decreto nº 47.383/2018, segundo porte e classificação da infração, bem como o teor do art. 83, inciso I, do referido decreto, vejamos:

*"Art. 83 - Para fins da fixação do valor da multa a que se referem os arts. 77, 78, 79 e 80, serão observados os seguintes critérios:*

- I - se não houver reincidência, o valor base da multa será fixado no valor mínimo da respectiva faixa;"*

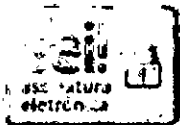
O defendente não comprovou fazer jus a aplicação de atenuantes.

Ante o exposto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM e opinamos que seja mantida a multa simples no valor de **1.250 UFEMG's**, correspondente a **R\$ 4.491,50 (quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)**, em consonância com o art. 112, anexo I, código 116, do Decreto nº 47.383/2018.

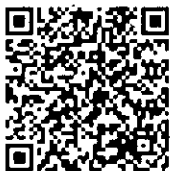
À consideração superior.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2023.

Luiza Ferraz Souza Frisancho  
Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Ferraz Souza Frisancho**, Servidor(a) Público(a), em 05/09/2023, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



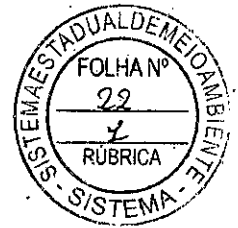
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **72853170** e o código CRC **9AC40666**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**  
**Núcleo de Auto de Infração**



Decisão FEAM/NAI nº. -/2023

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2023.

**PROCESSO Nº:670236/2019**

**ASSUNTO: AI Nº 196172/2019**

**INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO**

**DECISÃO**

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C §1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980 e da análise, decide manter a multa simples no valor de **1.250 UFEMG'S**, correspondente a R\$ 4.491,50 (quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta centavos), em consonância com o art. 112, anexo I, código 116, do Decreto nº 47.383/2018.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso ou efetuar pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado. Dê ciência ao interessado na forma da lei. Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

**RENATO TEIXEIRA BRANDÃO**  
**PRESIDENTE DA FEAM**



Documento assinado eletronicamente por **Renato Teixeira Brandão, Presidente**, em 21/09/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **72854173** e o código CRC **720267D2**.

Referência: Processo nº 2090.01.0000700/2022-86

SEI nº 72854173



## MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO

À Câmara Normativa e Recursal do COPAM

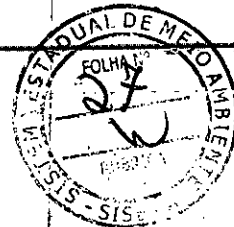
1500.01.0040687/2024-13.

FEAM NAI  
SEMAD / ~~DAINE~~

Auto de Infração nº 196172/2019



Processo Administrativo/PA/Nº 670236/2015



O Município de Carmo do Rio Claro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.243.287/0001-46, com sede na Rua Delfim Moreira, 62, Centro, na cidade de Carmo do Rio Claro/MG, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, **Filipe Cardoso Carielo**, brasileiro, solteiro, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 083.857.846-24, portador da cédula de identidade 13.015.159, residente e domiciliado na Rua José Monteiro dos Santos, 303, Jardim América, na cidade de Carmo do Rio Claro/MG, por intermédio de seus assessores jurídicos, com fulcro nos artigos 58 e ss. do Decreto 47.383/2018, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que denegou a impugnação ao Auto de Infração epigrafado, o que passa a fazer ante as razões fáticas adiante aduzidas:

### I – Dos fatos.

O Recorrente foi autuado pela FEAM, em imóvel do Município destinado à lavagem de veículos, sob o fundamento de que “Conforme Auto de Fiscalização nº 80930/2019 foi verificado a presença de óleos e graxas no solo, disposição inadequada de resíduos e ausência de caixa separadora de água e óleo e caixa de areia”.

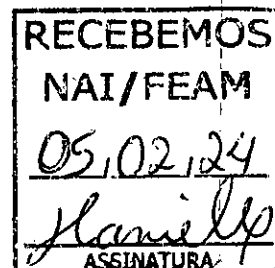
O Sr. Rodrigo Carvalho MASP: 1367608-5, por sua vez, aplicou multa de 1250 UFEMG ao Município de Carmo do Rio Claro. Não houve sequer embargo do local autuado.

Tendo sido apresentada defesa administrativa, a mesma não foi acolhida, mantendo-se a penalidade de multa simples, no importe em que aplicada.

Em síntese, o necessário.

### II – Do Recurso Administrativo.

#### A.1 – Da nulidade em face da falta dos requisitos do ato.



*[Handwritten signatures]*



## MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO

A validade do ato administrativo de autuação, ato vinculado exige a observância dos requisitos: Competência, Finalidade, Forma, Motivo e Objeto.

No entanto, no presente caso faltou ao agente público na autuação e embargo da área, presteza, perfeição e rendimento funcional ao realizar sua atribuição, uma vez que não houve por parte do Recorrente nenhuma infração ou crime.

De uma análise do Auto de Fiscalização, verifica-se que o mesmo possui como maior premissa a defesa do interesse comum, lastreado no poder de polícia ambiental. Ou seja, justifica a autuação, ainda que questionada sua legalidade, na preservação de um interesse maior que sobrepuja o interesse particular, qual seja: a preservação do interesse público.

Ocorre que, na espécie, não se pode deixar de verificar que a atividade autuada também é revestida de interesse público. Em uma ponderação de conceitos o interesse público municipal há que prevalecer quando não se apresente um dano ambiental em concreto.

Ainda pior, a Autoridade Autuante não se valeu de qualquer auferição técnica ou mesmo aparelhagem apta a demonstrar e individualizar, de forma objetiva, quais seriam os agentes contaminadores, bem como em que quantidade os mesmos se mostrariam presentes.

Outro ponto passível de nulidade do auto de infração consiste no fato de que o Lavador estava desativado até que sofra as devidas reformas. Isso porque o Município já havia sido multado anteriormente através do Auto de Infração nº 840239/2019, decidindo pela suspensão das atividades de lavagem da frota municipal até as devidas obras de adequação.

Dessa forma, a manutenção da sanção aplicada, vem quebrar a harmonização do equilíbrio de direito, para adoção, "data venia" de uma legislação única, exclusiva e arbitrária, o que é um contra-senso, visto que por estar inativo não houve dano ambiental em concreto.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a edição da Resolução nº. 369, de 28 de março de 2006, dispôs sobre os diversos casos, ditos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental.

No caso em apreço, verifica-se que a Autoridade Autuante não constatou crime ambiental de forma concreta, mas tão somente um suposto descumprimento de norma que trata sobre o assunto. Ou seja, não foi constatado qualquer indício de dano ambiental.

Da análise do Auto de Infração, verifica-se que o mesmo possui como maior premissa a defesa do interesse comum, lastreado no poder de



## MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO



polícia ambiental. Ou seja, justifica a autuação, ainda que questionada sua legalidade, na preservação de um interesse maior que sobrepuja o interesse particular, qual seja a preservação do interesse público.

Ocorre que, na espécie, não se pode deixar de verificar que a intervenção autuada também é revestida de interesse público. Em uma ponderação de conceitos e o interesse público municipal este há que prevalecer quando não se apresente um dano ambiental em concreto.

Dessa forma, a manutenção da sanção aplicada, vem quebrar a harmonização do equilíbrio de direito, para adoção, *data venia* de uma legislação única, exclusiva e arbitrária, o que é um contrassenso, devendo ser, por isso, declarada a sua nulidade.

**A. 2 – Da nulidade por ausência de designação específica, por meio de portaria, em relação ao agente autuador da infração, para o exercício das funções correlatas à fiscalização ambiental.**

S.m.j., o Auto de Infração epigrafado está eivado de outra nulidade insanável, já que lavrado por agente desprovido de designação específica para o exercício de função correlata à fiscalização ambiental.

Dispõe o artigo 70, § 1º, da Lei n.º 9.605/1998, que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências:

*“Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.*

*§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâncias dos Portos, do Ministério da Marinha.”*

Desta forma, nos termos do artigo supratranscrito, são autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâncias dos Portos, do Ministério da Marinha.

Ora, não se tem qualquer comprovação ou ao menos notícia deque o agente responsável pela lavratura do auto ora recorrido tenha, por intermédio



## MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO

de portaria, sido devidamente designado para a atividade de fiscalização, o que torna o auto absolutamente nulo, já que lavrado por quem não detinha competência para a prática do ato, nos termos do art. 70, § 1º, da Lei n.º 9.605/1998.

É neste sentido a jurisprudência absolutamente pacífica do e. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

**“EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - INFRAÇÃO AMBIENTAL - MULTA - AUTORIDADE INCOMPETENTE PARA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO - LEI FEDERAL N. 9.605/1998 - INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO ATO DE DESIGNAÇÃO - NULIDADE - DESCONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - APELO PROVIDO.**

1. A validade do ato administrativo está condicionada à higidez dos elementos que o compõem - competência e/ou sujeito, forma, motivo, objeto e finalidade. 2. A FEAM, como órgão integrante do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Lei Federal n. 6.938/1981 (art. 6º), submete-se ao regramento estabelecido no parágrafo único, do art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998, motivo pelo qual, para fins de aferição da competência funcional do agente atuador da infração, é imprescindível expressa e prévia designação do referidoservidor. 3. Inexistindo em relação ao agente atuador da infração questionada a designação específica, mediante portaria, para o exercício das funções correlatas à fiscalização ambiental, eis que se pautou a embargada na competência funcional do referido servidor público, com base na dicção contida nos artigos 14 a 16, do Decreto Estadual n. 39.424/1998, resta configurada a nulidade do Auto de Infração que deu ensejo à CDA executada. 4. Procedência do pedido. Reforma da sentença. Provimento do apelo.” (TJMG - Ap Cível 1.0223.09.290310-1/003 2903101-47.2009.8.13.0223, Relator(a): Des.(a) Corrêa Junior, julgamento em 10/02/2015, publicação da súmula em 24/02/2015)

**“EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - MULTA - IEF - AGENTE - INCOMPETÊNCIA - DEMONSTRAÇÃO. - Conforme disposto no art. 70, § 1.º, da Lei Federal 9.605/1998, apenas os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, designados para as atividades de fiscalização, são competentes para lavrar o auto de infração. - Assim, ausente a demonstração pelo instituto embargado acerca**



## MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO



da referida designação do agente que efetuou a confecção do auto de infração, impõe-se a confirmação da sentença que reconheceu a nulidade, julgando procedentes os embargos opostos e extinguindo o feito executivo." (TJMG - Ap Cível/Reex Necessário 1.0042.07.022071-2/001, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 01/03/2011, publicação da súmula em 15/04/2011)

Aliás, não se pode perder de vista que a Lei n.º 7.772/1980, que dispõe sobre a proteção do meio ambiente no âmbito estadual, em seu art. 16-B, então incluído pela Lei n. 15.972, de 12/01/2006, cancelando a necessidade de prévia designação do servidor vinculado aos órgãos ambientais para os fins do exercício do poder de polícia fiscalizatório correlato, assim previu:

*"Art. 16-B. A fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, no seu regulamento e nas demais normas ambientais em vigor será exercida pela Semad, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF - e pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, aos quais compete, por intermédio de seus servidores, previamente credenciados pelo titular do respectivo órgão ou entidade:*

- efetuar vistorias e elaborar o respectivo relatório;
- verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;
- lavrar os autos de fiscalização e de infração, aplicando as penalidades cabíveis;
- determinar, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas, para o meio ambiente ou para os recursos econômicos do Estado, medidas emergenciais e a suspensão ou redução de atividades durante o período necessário para a supressão do risco."

Com efeito, a ausência de portaria com designação específica do servidor eiva de nulidade insanável o auto de infração, devendo o mesmo ser tornado sem efeito, bem como as penalidades nele previstas, já que lavrado por agente desprovido de designação específica, por meio de portaria, para o exercício das funções correlatas à fiscalização ambiental.

### III – Pedidos.

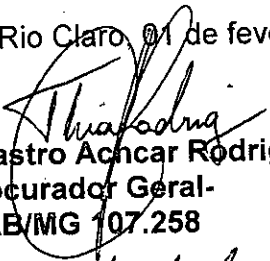


## MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO

Pois bem, diante das provas e fatos trazidos, requer seja o presente Recurso Administrativo devidamente recebido e conhecido, a ele dando-se provimento para, acolhendo qualquer das matérias aventadas, ser declarada a nulidade do Auto de Infração 196172/2019 e, por arrasto, das penalidades aplicadas ao Recorrente.

Nes termos,  
pede deferimento.

Carmo do Rio Claro, 01 de fevereiro de 2024.

  
**Thiago de Castro Aencar Rodrigues**  
-Procurador Geral-  
OAB/MG 107.258

  
**Caio César Melo Souza**  
- Assessor Jurídico da Secretaria Municipal de Governo-  
OAB/MG 189.386



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE  
Núcleo de Auto de Infração - Análise Jurídica

45  
Ca

Belo Horizonte, 04 de junho de 2024.

**Autuado:** Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro

**Processo nº** 670236/2019

**Referência:** Recurso relativo ao Auto de Infração nº 196172/2019, infração gravíssima, porte pequeno.

**ANÁLISE nº 132/2024**

**RELATÓRIO**

O município de Carmo do Rio Claro foi autuado como incurso no artigo 112, Código 116, do Decreto nº 47.383/2018, pela prática da seguinte irregularidade:

*CONFORME AF. Nº 80390/2019 FOI VERIFICADA A PRESENÇA DE ÓLEOS E GRAXAS NO SOLO, DISPOSIÇÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS E AUSÊNCIA DE CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA E ÓLEO E CAIXA DE AREIA.  
MULTA SIMPLES: 1250 UFEMGS*

Apresentou o Autuado defesa tempestiva e foi proferida a decisão de manutenção da penalidade, fls. 22.

Regularmente notificado do julgamento do auto de infração em 15/01/2024, apresentou o Recorrente o presente recurso em 01/02/2024, tempestivamente, no qual arrazouou que:

- não foram demonstrados os agentes contaminantes e sua quantidade;
- o lavador estava desativado;
- não houve dano ambiental;
- o agente não estava credenciado para o exercício da função fiscalizatória.

Requeru que seja recebido o recurso e declarada a nulidade do AI.

É o relato do essencial.

**II) FUNDAMENTAÇÃO**

Os fundamentos legais e fáticos apresentados pelo Recorrente não descaracterizam o auto de infração. Senão vejamos.

**- DA AUTUAÇÃO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. MANUTENÇÃO.**

Alegou o Recorrente como causas de nulidade da autuação:

- que não foram demonstrados os agentes contaminantes e sua quantidade e que o lavador estava desativado;
- que não ocorreu dano ambiental e que o agente não estava credenciado para o exercício da função fiscalizatória.

Todavia, os argumentos apresentados pelo Recorrente não têm o condão de afastar as irregularidades apontadas nos autos de fiscalização e infração e constatadas *in loco* pelos fiscais.

Primeiramente ressalvo que a autuação foi realizada após a constatação da poluição/degradação *in loco*.

Incumbia ao Recorrente comprovar que não ocorreu a poluição/degradação ambiental, no exercício de direito subjetivo, em virtude do **PRINCÍPIO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM MATÉRIA AMBIENTAL**. Isso, por que o **PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO** pressupõe a inversão do ônus probatório e, destarte, compete a quem supostamente promoveu o dano ambiental provar que não o causou ou que a substância lançada ao meio ambiente não lhe é potencialmente lesiva, de acordo com posicionamento consolidado do Superior Tribunal de Justiça.

E o Recorrente tal não comprovou, por qualquer meio, nos autos deste processo.

É de conhecimento dessa Câmara que as afirmações do agente público fiscalizador possuem presunção *juris tantum* de legitimidade e veracidade em razão da fé pública que lhe é atribuída pelo ordenamento jurídico vigente. Assim, os atos administrativos são presumidamente legítimos, legais e verdadeiros, admitindo-se, entretanto, prova em sentido contrário, ônus do Recorrente e não deste órgão ambiental.

A presunção de veracidade é o atributo do ato administrativo que respeita aos fatos e, conseqüentemente, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública. Ou seja, a Administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e que a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu, cabendo ao destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima. O Recorrente não afastou tais presunções.

A Lei Federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, estabeleceu em seu artigo 3º, que **poluição é a degradação da qualidade ambiental** resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, segurança e bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas,

afetem desfavoravelmente a biota, as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Assim também o fez a Lei Estadual nº 7.772/80, no artigo 2º, ao conceituar a poluição ou degradação ambiental como **qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente** que possam prejudicar a saúde ou bem-estar da população; criar condições adversas às atividades sociais e econômicas, ocasionar danos relevantes à flora, fauna e qualquer recurso natural, bem como aos acervos histórico, cultural e paisagístico.

Nessa linha, o fiscal que lavrou o auto de infração constatou na vistoria ao lava-jato que o Recorrente dispunha resíduos inadequadamente, óleos e graxas diretamente no solo, em galpão improvisado, piso sem impermeabilização. Havia grande quantidade de óleo e graxas expostos diretamente no solo.

Ao contrário do que afirmou o Recorrente, o agente fiscal estava regularmente credenciado para o exercício da atividade de fiscalização, por meio do Ato FEAM nº 11/18, MG de 03/07/2018, pág. 64.

Desta forma, não deverá ser alterada a decisão de manutenção da penalidade.

### III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos que descaracterizassem a infração cometida, remetam-se os autos à CNR do COPAM com a sugestão de **indeferimento do recurso interposto**, com fundamento no artigo 112, Código 116, do Anexo I, do Decreto nº 47.383/2018.

É o parecer.

**Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda**

**Analista Ambiental – MASP 1059325-9**

Documento assinado eletronicamente por **Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda, Servidora Pública**, em 04/06/2024, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **89602895** e o código CRC **723AD5C1**.